

O Panorama Econômico-Financeiro Mundial e a Situação da Economia Financeira do Brasil

*Jayme Magrassi de Sá **

Resumo: Texto de conferência apresentada na sessão solene de abertura do ano sociocultural do IGHMB. Nela o autor analisa a situação econômico-financeira mundial e a do Brasil, em março de 2004.

Palavras-chave: Economia, finanças.

PANORAMA ECONÔMICO-FINANCEIRO MUNDIAL

O panorama mundial é presentemente marcado por três fenômenos: o poder e a incógnita norte-americanos; a realidade da União Européia e sua evolução com adesão de novos membros – todos eles de modesta economia e todos da Europa Central, quase que do Leste Europeu, a bem dizer; e a moldura asiática, assim entendidos: o Japão, a Índia e a China, e o Sudeste da Ásia, ou franja asiática (Birmânia, Malásia, Camboja, Vietnã, Coréia do Sul etc).

O poder econômico e financeiro dos Estados Unidos é manifesto: praticamente compõe cerca de 30% do produto mundial e dele depende cerca de 50% do comércio internacional. O PIB norte-americano é da ordem anual de US\$ 11 trilhões, mas sua

dívida interna a médio e longo prazo já alcança a cifra de US\$ 37 trilhões, o que indica que, naquele país, o crescimento do produto não deve, aritmeticamente, ser inferior a 3% ao ano em média, de modo a que sua sanidade econômico-financeira seja assegurada nos intervalos de 25 exercícios – uma geração demográfica –, mediante um esforço líquido de poupança anual de 10% do PIB.

Na quadra atual, o déficit de conta corrente norte-americana com o exterior é da ordem de US\$ 500 bilhões e a dívida externa acumulada é de US\$ 4,3 trilhões, um terço da qual nas mãos de China e Japão.

Internamente, os Estados Unidos na atual administração – W. Bush – estão enfrentando déficits no orçamento da ordem de US\$ 500 bilhões anuais, com um movimento econômico amorfo e só agora dando sinais de recuperação, não obstante uma política

* Professor Doutor.

monetária frouxa, com base em juros oficiais de 1% ao ano, praticamente negativo ante uma inflação que medeia em torno de 2% a 2,5% ao ano.

Na União Européia onde, pelos tratados de Roma e Maastricht, não pode haver déficits orçamentários acima de 3% do PIB (formalmente desrespeitado por França e Alemanha), a taxa de juros anda em torno de 2% ao ano. O Banco Central europeu recusa-se a qualquer alteração no particular, não obstante a forte valorização do euro em relação ao dólar norte-americano. O ritmo de aumento da atividade econômica é modesto – cerca de 2% em média –, um menor índice na Alemanha e de pouco alento na França. O conjunto de países membros da união vai ser elevado de uns dez novos membros a curto e médio prazos. As diferenças estruturais, que no seio do atual conjunto vêm sendo compensadas com medidas de amparo específicas, tendem a tornar-se agudas com a adesão dos novos membros. Isso, evidentemente, é de conjunção possível, mas ainda é uma incógnita quanto à capacidade de regência do novo conjunto que assim se formará. Não prosperaram até agora as idéias de uma Federação Européia, de prolegômenos a cargo de Giscard d'Estaing, ficando latente a problemática futura em que se debaterá a união.

A moldura asiática apresenta o Japão com deflação econômica há cerca de dez anos, esperando crescer em torno de 2% em 2004. Apresenta a Índia, que avança em certos ramos técnico-científicos e que já compôs próspera classe média, hoje da ordem de 350 milhões de pessoas. A China

também em destaque e que evolui nas províncias marítimas por excelência, mas com um interior ainda economicamente quase ínvio ou muito pobre. Seu crescimento, da ordem de 7% a 8% ao ano, é calcado em industrialização leve, para a qual o grande mercado é o norte-americano, em parte graças à forte desvalorização da moeda chinesa e cuja revalorização o governo daquele país se recusa a fazer. A China ainda não compôs uma classe média, mas províncias como Shangai, Pequim e Xian, com cerca de 600 milhões de pessoas, apresentam forte ocidentalização, o que lhes confere significativa capacidade de consumo e grande atratividade a capitais externos de caráter reprodutivo.

A franja asiática está em processo de evolução econômica, com a Coreia do Sul e a Malásia na dianteira, ambas buscando uma reaproximação integrada de Estados asiáticos mediante a proposta de uma área de livre comércio denominada ASEAN. Os Estados Unidos procuram evitar o progresso dessa iniciativa e forçam, tanto quanto possível, a criação de uma outra área de livre comércio – a APEC – em que, além de asiáticos, participariam países do Pacífico – Estados Unidos, Austrália, Nova Zelândia, Chile, México, Canadá e, quiçá, Indonésia. As coisas estão indefinidas nesse assunto, mas registra-se certo dinamismo econômico no Sudeste da Ásia. O que não é de ignorar.

O produto mundial é previsto crescer, neste exercício de 2004, em 3% mais ou menos, o que se refletiria num crescimento do comércio internacional em praticamente o dobro. Se assim ocorrer, não ha-

verá sinais de crise de maior monta nesse particular, vale dizer nas correntes de comércio. Mas ainda tenderá a haver grandes desequilíbrios em função de políticas protecionistas, como, por exemplo, no caso dos produtos agrícolas, melhor dizendo, no caso das *commodities*. Não existem pontos de apoio consistentes para (*sic*) contrarestar tais desequilíbrios. A Organização Mundial de Comércio não se comporta bem no sentido de aplainar os caminhos dos países emergentes, por exemplo. E, mesmo no caso do relacionamento Estados Unidos/União Européia, a OMC claudica bastante. Os asiáticos não se conformam com as discriminações, tal como não se conformam os sul-americanos, embora alguns, como Chile e Equador, juntamente com países da América Central, arrumem-se via acordos bilaterais com os Estados Unidos. Do ponto de vista comercial, o panorama mundial, se não favorece, também não ameaça de pronto nossa economia. Isso não esmorece o fato de que precisamos fazer um grande esforço de exportação competitiva, agora, inclusive, com áreas asiáticas.

No campo financeiro, podemos ver a abundância crescente do capital circulante, grande parte de recursos de curto prazo e com sentido especulativo. Hoje, o vulto financeiro mundial é bastante superior à produção bruta de bens e serviços e essa dominância exerce efeitos diversos sobre as políticas monetárias e cambiais. Tal predominância se formou e se expandiu em escala, logo depois das duas crises do petróleo, cujos recursos acumulados foram alocados pelos sistemas financeiros ocidentais. Sur-

giram daí os fundos de investimento e capitalização, os fundos sociais e de previdência, os fundos securitários e a própria expansão do meio circulante nos grandes países. Usou-se o princípio da alavancagem para a faturação de recurso e, hoje, a via financeira é primordial no mundo todo.

Com a pleora de recursos disponíveis, os sistemas financeiros oficiais se encolheram e o dinheiro passou a comandar tudo na área privada, influenciando políticos e ações normativas na espécie e em outros setores.

De um modo geral, só existem dois ramos oficiais ou oficiosos no campo financeiro: o europeu, com seu banco de investimento voltado para as áreas menos desenvolvidas da união, e o sistema dado por FMI/BIRD, que cobre relativamente pequeno segmento do espectro financeiro mundial. Os Estados Unidos agem mais pelo instrumento do comércio, via acordos bilaterais e acordos multinacionais, como o NAFTA e agora a desejada ALCA, que comercialmente integraria as Américas.

O crédito internacional é dominado pelos Fundos Financeiros, que aceitam a colocação de bônus para encaminhar suas aplicações. Crédito externo é hoje menos dos bancos e mais dos fundos. Como a área ficou gigantesca e muito comandada pelo teor de rendimento ou retorno, apareceram os sistemas de risco: risco-país, risco-projeto, risco-empréstimo, risco-bônus etc., para cujo cômputo chegaram também as empresas de *rating*, que rotulam os candidatos na colocação de bônus segundo seus riscos e a classificação que a eles tais empresas atribuem.

Como perspectiva a médio prazo, no panorama externo ou internacional diria que a Ásia terá a preferência em termos comerciais e em termos financeiros. É uma questão de dimensões, à qual se aliam políticas oficiais de fomento e de atração de investimentos estrangeiros, tanto na China como na Índia, bem como na Franja Asiática em seu todo. Com maior ou menor racionalidade, a Ásia corre; e muito.

Na América Latina, inclusive no Brasil, o grau de atratividade não é grande e as políticas econômicas nacionais dos diversos países deverão buscar com esmero a capacidade de competir tanto comercialmente quanto em termos de atração financeira. Mais do que nunca talvez, para essas políticas, o exterior terá de contar tanto quanto o interior, isto é, o externo imbrica-se com o interno intimamente.

SITUAÇÃO DA ECONOMIA FINANCEIRA DO BRASIL

Visto de modo sintético o panorama internacional, passemos à situação brasileira.

A complexidade da situação nacional requer um *approach* globalizado. O que é o Brasil econômica e financeiramente?

De modo simples, sintético e global diria que:

- a) temos uma infra-estrutura esgotada, cuja logística está por ser readaptada para poder suportar novos impulsos na renda real (produção de bens e serviços);
- b) temos uma estrutura industrial diversificada, sim, mas frágil, desequilibrada, de insuficiente integração e sem condições de enfrentar um pro-

cesso de inserção de indústrias de ponta, assim deixando de acompanhar o ciclópico desenvolvimento de C x T;

- c) temos problemas sociais encadeados; é medíocre o nosso IDH e enormes os contingentes de população fora da economia monetária (± 35 milhões);
- d) temos avanços no agro que, embora valiosos e crescentes, expulsam braços; presentemente temos quase que uma transumância do campo para a urbe, que sofre de problemas agudos como favelização, segurança etc. Não avançamos em termos de reforma agrária e continuam limitados os assentamentos de excedentes rurais;
- e) temos um sistema de crédito deficiente e caro, que acumula nacos significativos da renda social e segmentos restritos de beneficiários;
- f) é fraco o teor da poupança doméstica e, como tal, sofre o índice de investimentos, os quais não são quantitativamente bem servidos por créditos de longo prazo – nesta quadra atuam negativamente também a falta de confiança e o não estímulo do mercado.

São esses problemas estruturais de fundo que não podem ser atendidos por políticas conjunturais. As potencialidades materiais e humanas do Brasil são excepcionais, não há dúvida, mas falta-nos capital, somos carentes em avanços tecnológicos e sofremos forte dependência financeira do exterior. Nossas inquestionáveis potencialidades é que permitiram grandes saltos em três ins-

tantes da nossa trajetória econômica: a era Vargas, a era Kubitschek e a era dos governos militares.

Mas faltou-nos continuidade e nos debatemos sempre, inclusive nos três casos, com dois grandes embaraços: os temores ideológicos e os desencontros na vida político-partidária. Têm-nos faltado lideranças competentes, honestas e fiéis a princípios sólidos de idoneidade cívica.

Quando se computam dados sobre crescimento do PIB, verifica-se que tivemos períodos com crescimento anual médio de 7% a 8% ao ano e períodos em que a taxa média de crescimento mal alcançou a taxa média do crescimento demográfico, ficando em torno de 2% ao ano. A defasagem acumulou-se e transformou-se numa formação econômica e social que sucedia ao aumento demográfico médio de 3,5% ocorrido em longo período anterior. O crescimento do produto bruto, num período mais largo, não chegou a igualar a marca dos 3,5%, em média. Acumulou-se, assim, a força de trabalho e tornou-se a urbanização em fator de crescimento dos setores industrial e de serviços, que não conseguiam, porém, absorver o excesso de braços acumulado. Concentrou-se muito a renda gerada socialmente e segmentou-se o crescimento com grandes desequilíbrios regionais.

Que o Brasil tem condições iminentes de ultrapassar seu atraso isso é incontestável. Contudo, enfrenta agora não só problemas acumulados, tal como referidos linhas atrás, mas problemas que se avultaram pela orientação escolhida para dar impulso à retomada de seu processo de desenvolvimento que

havia sido interrompido no período que se seguiu ao sucesso ocorrido da década de 1960 à metade da de 1980. Três foram os pontos básicos dessa escolha: a abertura comercial ao exterior, a privatização do patrimônio público e o endividamento. Na sequência dos três, adotou-se a política de mercado financeiro aberto, como forma de materializar dois postulados – o do neoliberalismo com a prevalência do financismo privado e a substituição da intervenção do Estado de qualquer tipo ou natureza. Da década de 1990 para cá as dificuldades cresceram bastante. Foi quase uma faturação de problemas impositivos.

Chegamos, assim, aos dias presentes.

Não se precisa de muito esforço para qualificar o que vai pelos escaninhos oficiais. Temos perseguido a estabilidade conjuntural por três vias: rigor de política monetária com taxa de juros oficialmente estabelecida, hoje em torno de 10% reais, com o crédito à atividade econômica praticamente livre ou com indicações muito indiretas (a taxa de juros é aí da monta de 30% ao ano, em média, e com diferenciais muito acentuados); política fiscal baseada em elevada carga tributária – 36% a 37% do produto; e superávit orçamentário em torno de 4,5% do PIB e de indiscriminação burocrática total; restrição severa no reajuste dos salários nominais, que perdem valor real pelo andar da inflação, ainda de uns 10 a 11% ao ano, de fato.

A essa tríade restricionista se soma a perda dos salários reais, contidos pelo desgaste pretérito da inflação não repostos, ficando a remuneração no setor oficial completamente aviltada, com forte perda

efetiva ao longo do tempo, de proventos dos que militam em segmentos públicos. Soma-se a isso forte teor de desemprego e baixo ritmo de crescimento do produto interno. Não tivemos, em 2002, crescimento superior a 2% e provavelmente será muito baixo, se houver, o crescimento comprovado em 2003. O ano de 2004 é uma incógnita. A taxa de aumento demográfico é estimada atualmente entre 1,6% e 1,7% ao ano, o que indica ainda expansão populacional com agravante de crescente concentração em áreas urbanas. Estima-se que o grau dessa concentração já seja da ordem de 80%. Esse fenômeno e o alto nível de desemprego – 11% – em dezembro último, levam a que a situação social e a ordem pública se tornem altamente problemáticas. Inclusive porque as mudanças tecnológicas têm trazido forte tendência a economia de braços, sem que setores ligados à serviços compensem, mesmo que em parte, essa perda de trabalho efetivo.

A situação do emprego é verdadeiramente nevrálgica, se admitirmos como válida a regra não técnica, mas prática, de que um aumento de 1% no PIB não absorve mais do que um aumento de 0,3% do pessoal ocupado. A meu juízo, com a inserção de tecnologia nos processos produtivos nem esses 0,3% serão confirmados. Estamos, pois, agora, com a contingência composta por uma ainda ativa taxa de inflação, que tenderia a ser cadente tanto em função de nulo ou fraco aumento do produto bruto quanto pelos efeitos de técnicas que economizam mão-de-obra e por um complicado, agressivo e maléfico esquema de distri-

buição social da renda. As indicações mais recentes a esse respeito são de que tal distribuição se concentra nas camadas mais altas, ao mesmo tempo em que a demanda de mão-de-obra se contrai. O hiato da capacidade global de compra se amplia. O mercado de bens vai, portanto, encolhendo-se progressivamente de modo relativo. Difícil, no entanto, é fazer previsões quanto à marcha da inflação e seu processo social. Estima-se ser 35 milhões o número de pessoas fora do mercado monetário, reduzindo-o, ao mesmo tempo, toda uma pressão financeira que se processa através de um sistema de financiamento ao consumo severamente oneroso e com impactos inflacionários.

O crescimento do produto interno é indispensável por vários motivos, mas não pode dissociar-se da eficiência econômica sob pena de frustrar-se logo em seguida. E isso complica nossa situação porque, no mundo, o desenvolvimento se processa sob a égide da competição e essa está cada vez mais dependente do nível tecnológico da mão-de-obra, conseqüentemente, do grau de capitalização técnica e financeira da economia e dos conseqüentes problemas de partição social e geográfica da renda. O grau de redistribuição social da renda gerada e o do crescimento do nível de emprego são as indagações mais duras de atender, tendo em vista a pressão demográfica, o insatisfatório nível de capitalização das empresas e a forte concentração urbana da população. Com o crescimento demográfico ainda ativíssimo e a forte presença de idades economicamente úteis ou reprodutivas, torna-se

problemático prever as curvas de comportamento social que o país terá de enfrentar. Atuam no referido comportamento social, repita-se com ênfase, o nível de emprego, o grau de distribuição da renda e a escala de refrações do trabalho humano em qualquer nível, ora muito aviltada.

Para finalizar diria que, na área externa, temos que decidir rapidamente como armar nosso relacionamento, tendo por base, pelo menos, quatro pontos, a saber:

- relação com os Estados Unidos, o grande ás da economia mundial;
- relação com a União Européia, que nos compra e nos vende de modo ponderável;
- relações dentro do MERCOSUL, em cuja realização nos engajamos profundamente; e
- avaliação do que poderá ser, a médio prazo, o mercado asiático.

Nesse cenário, surge o caso da ALCA, ou seja, a proposta de criação de uma grande área de livre comércio nas Américas. Uma espécie estilizada do Mercado Comum Europeu, hoje União Européia. Há divergências sérias entre o Brasil, que implicitamente lidera o bloco sul-americano, e os Estados Unidos, que não deixam nem querer deixar de exercer sua influência sobre todo o hemisfério ao qual pertencemos. É o assunto do momento, pois embora os Estados Unidos já negociem, à parte, com Chile e países centro-americanos, seria difícil para nós uma situação de ruptura ou mesmo de não colaboração. A situação é bastante complexa se considerarmos que as nossas relações com os Estados Unidos são

relevantes, como o são com a União Européia, não sendo recomendável para o Brasil rupturas num campo e noutra, embora lhe caiba, por circunstâncias, a progenitura do MERCOSUL e seu desenvolvimento.

De um ponto de vista imediato, o que vejo como perspectiva nacional a ser alcançada é um programa de redução da dívida mobiliária interna a um nível de 30% a 35% do PIB e a redução da taxa nominal de juros a um nível em torno dos 13%, com efeitos induzidos e ativados oficialmente sobre a redução dos juros bancários ao mercado de bens e serviços. Com esse esforço, o país ganharia condições de renegociar sua dívida externa no sentido de alongar prazos e reduzir juros. Daí para a frente deveria cuidar que os dois tipos de endividamento – interno e externo – fossem devidamente disciplinados. Essas conquistas permitiriam reduzir sobremodo os superávits orçamentários e pelo menos estabilizar, senão mesmo reduzir, a violenta carga tributária que hoje anda aí, como dissemos, pelos 36% a 37% do produto bruto, contundindo, sobretudo, os que vivem de rendimentos fixos – isto é, de salários, ordenados, soldos etc., além de prejudicar a evolução das empresas, cuja capitalização é onerosíssima, fruto de alta taxa de juros, impostos, requisitos burocráticos, corrupção etc.

Não pude ser auspicioso ou ufanista neste ensaio. É que no meu enfoque assomam duas das alternativas de Churchill aos ingleses em 1943: suor e lágrimas. Senão lágrimas, pelo menos pesados sacrifícios.

